



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

CAPITALISMO E ALIENAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O SER SOCIAL ÉTICO

MARIELLE ANNE MORAIS SOARES ¹

RESUMO:

A partir dos contributos de disciplinas cursadas no âmbito do Mestrado em Serviço Social, do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, este trabalho busca analisar as possibilidades de se constituir um ser social ético na sociedade capitalista, cujas determinações ensejam que todos/as que nele estejam inseridos, alienem-se de si mesmos/as e de seu gênero humano.

Palavras chaves: Alienação, Ser Social, Ética, Capitalismo

ABSTRACT:

Drawing on contributions from courses taken within the Master's program in Social Work at the Pontifical Catholic University of São Paulo's Graduate Program, this work seeks to analyze the possibilities of constituting an ethical social being in capitalist society, whose determinations lead all those involved to become alienated from themselves and from their human species.

Keywords: Alienation, Social Being, Ethics, Capitalism.

1. Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, conta com as disciplinas “O método em Marx” e “Ética e Serviço Social”, ambas ministradas pela professora doutora Maria Lucia S. Barroco, e que foram cursadas entre os anos de 2023 e 2024 pela discente que aqui escreve.

¹ Pontifícia Universidade Católica - São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O estudo da bibliografia proposta e as discussões promovidas durante as aulas aproximaram-nos de conteúdos e produções, especialmente da obra de Karl Marx, por meio de suas traduções. Tais estudos possibilitaram a compreensão de como a concepção de ética em sua perspectiva sócio-histórica fundamenta o Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais, mas não só. Tais disciplinas proporcionaram a elaboração de uma reflexão crítica sobre a possibilidade de objetivar uma práxis ética no contrafluxo do contexto da sociabilidade capitalista.

Partindo de uma das produções iniciais de Marx (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844) até a sua obra mais consagrada, O Capital (2023), e algumas aproximações das contribuições de Georg Lukács, propomos uma incursão conceitual sobre o ser social e a ética, a alienação e, por fim, de como estes conceitos podem ou não se objetivar na sociedade capitalista. Destaca-se que o percurso desta elaboração contou com as contribuições da professora Maria Lúcia S. Barroco, considerando sua própria produção teórica, bem como os questionamentos e provocações para uma reflexão ética, que são uma constante em suas aulas.

1. O ser social e a ética

A concepção de ética como um conceito de base sócio-histórica e, portanto, material, é produto da análise de Georg Lukács sobre o salto ontológico do homem enquanto um ser natural para um ser social, tendo como referência a produção de Marx e a relação do homem com o trabalho. Segundo Barroco (2010, p. 20),

A ética - entendida como **modo de ser socialmente determinado** – tem sua gênese no processo de *autoconstrução do ser social*. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no processo de humanização: ele é *autor e produto de si mesmo*, o que indica a **historicidade** de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem (grifos próprios).

O homem, portanto, ao desenvolver sua capacidade para o trabalho, supera as determinações que o constitui um ser da natureza, que apenas produz o necessário para atender sua necessidade imediata, assemelhando-se a própria natureza, para produzir não só aquilo que atende as suas necessidades primárias, mas, também, as novas necessidades que surgem a partir do trabalho.

Sobre o trabalho, Marx (2023, p. 120) aponta que “é, assim, a condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

metabolismo entre o homem e natureza, e, portanto, da vida humana”. Deste modo, o trabalho se dá com o acúmulo de conhecimento (das propriedades naturais, da natureza) que permite ao homem a transformação da natureza e seu domínio sobre ela. Este salto de qualidade não se dá de forma instantânea, mas por meio de mediações que são desenvolvidas pelo próprio movimento do homem, visto que o homem é ser dinâmico e está sempre em movimento fazendo e refazendo a si mesmo e sua história.

Segundo Marx (1844, p. 100),

O animal faz imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É ela. O homem torna a sua própria atividade vital objeto do seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, i. e., a sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre.

Neste sentido, é por meio e com o trabalho que o homem se torna consciente de si mesmo e do seu gênero humano e, portanto, se torna um ser social. Segundo Lukács (1979, apud Barroco, 2010), “o trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”. É com o trabalho que o homem passa a dominar/controlar seus institutos. Esta mudança entre o ser natural e o ser social é que Lukács intitula como salto ontológico. E dá-se o nome de salto tendo em vista que o homem passa a se diferenciar na natureza e supera sua condição de ser natural, não deixando, contudo, de também se constituir enquanto um ser natural.

Ainda Lukács (apud Barroco, 2010) aponta que, o homem enquanto um ser social, desenvolve novas características como: a **sociabilidade**, aquela em que o homem se constitui como um ser social na e pela relação com outros homens; a **consciência**, em que o homem apreende a dinâmica da natureza como medida para sua transformação e percebe que é capaz de projetar idealmente e antecipadamente o produto do seu trabalho (teleologia); a **liberdade**, como consequência das novas alternativas que são criadas a partir da transformação da natureza, e, por conseguinte, entre as alternativas criadas propõe-se a possibilidade de escolhas entre elas, e; a **universalidade**, tendo em vista que por meio do trabalho (na sua relação com a natureza e sendo parte dela) o homem alcança sua genericidade, se torna um ser universal e livre.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A ética, a partir do exposto, seria um produto do desenvolvimento/movimento do homem em que, por meio da transformação da natureza pelo trabalho, cria alternativas e a possibilidade de escolhas que demandam do próprio homem a valoração entre as alternativas intuindo dentre elas qual seria a melhor ou a pior, a boa ou má, correta ou incorreta, para uma tomada de decisão. Ainda, é com o trabalho que o homem vive de forma coletiva e/ou em cooperação com os demais (sociabilidade), o que também demanda a construção de valores para organização da vida em sociedade.

Segundo Barroco (2010, p. 58),

O sujeito ético-moral é socialmente considerado capaz de responder por seus atos em termos morais, o que significa ser capaz de discernir entre valores (certo/ errado; bom/mau etc.), que é o mesmo que ter senso ou consciência moral. Uma ação moral consciente é aquela em que o sujeito assume que o(s) outro(s) pode(m) ou não sofrer as consequências por seus atos; por isso, a moral supõe o respeito ao outro (alteridade) e a responsabilidade em relação aos resultados das ações para outros indivíduos, grupos e para a sociedade em geral. Com efeito, a ação ética só tem sentido se o indivíduo sair de sua singularidade voltada exclusivamente para seu "eu" para se relacionar com o outro; é condição para tal.

Assim, conclui-se que o sujeito ético é composto pelas características de **consciência, responsabilidade, discernimento e racionalidade**. O homem seria, portanto, o único ser capaz de objetivar uma ação ética, uma práxis ética, tendo em vista suas capacidades de escolha e discernimento que são construídas histórica e socialmente, e que estão implicadas no respeito pelo outro e ser/estar ciente da responsabilidade pelos seus atos. E, quando objetivadas apenas tendo como referência o "eu", sua individualidade, estaria apenas imbuída de uma moralidade, que é singular. Neste sentido, Barroco (2010, p. 29), aponta que "a ética não pertence a nenhuma dimensão ou esfera específica da realidade, se objetivando, *teórica e praticamente, de formas particulares e socialmente determinadas, como conexão entre o indivíduo singular e as exigências sociais e humano-genéricas*".

Considerando que as formas de organização em sociedade são dinâmicas e que as forças produtivas (tecnologias) estão em constante desenvolvimento, podemos concluir que a ética e os valores são construções sócio-históricas e que, eventualmente, se modificam ou se atualizam conforme a necessidade da produção e reprodução de uma organização social. Nas sociedades primitivas, vide as consolidadas pesquisas sobre o tema, já havia algumas normas de convivências e/ou código moral que buscavam, especialmente, a garantia de sobrevivência do grupo. Conforme o desenvolvimento de tecnologias (forças produtivas), surge um número maior de alternativas que enseja a reelaboração ou construção de novos valores e normas. Assim,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

novos modos de ser ético-morais são gestados no alcance de novos estágios de organização do trabalho e da vida social.

No contexto da sociedade capitalista, em que houve importante desenvolvimento das forças produtivas, novas determinações se impuseram, o que implicou, também, no desenvolvimento do ser social. E as mesmas relações que proporcionaram a possibilidade de ampliação de suas capacidades, também gestaram os mecanismos para sua própria negação. Pois, é no contexto do capitalismo que o trabalho alcança as determinações para se constituir num trabalho alienado, conforme discutiremos a seguir.

2. Marx e a alienação

As análises sobre a produção teórica de Marx apontam uma separação entre as publicações do “jovem Marx” e o “Marx maduro” – Netto (2012), numa pequena biografia de Marx, aponta alguns de seus textos organizados como resultado de uma maturação teórica do estudioso. Para nós, esta classificação demonstra que os estudos deste autor estavam em processo e, portanto, suas obras evidenciam que sua análise da realidade demandou – e ainda demanda daqueles/as que pretendem balizar suas pesquisas por meio deste método – tempo de maturação para elaboração sistemática das determinações que foram apreendidas de seu objeto de estudo. No caso de Marx, que se debruçou sobre a realidade da sociedade burguesa, entre as determinações que foram desveladas ele destacou que o homem é um homem alienado: do produto do seu trabalho; do seu próprio trabalho; da natureza; do gênero humano, e; de si mesmo.

Nesse sentido, iremos apresentar uma breve discussão sobre a categoria alienação, intrínseca ao trabalho assalariado que, em Marx, se dá por meio do desenvolvimento da propriedade privada, bem como e ao mesmo tempo, é o próprio trabalho alienado que produz a propriedade privada. Esta construção da categoria teórica da alienação encontra-se sistematizada em sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844.

Marx inicia com uma crítica aos estudos sobre a economia nacional (política) produzidos até aquele período (ano de 1844), uma vez que aqueles economistas clássicos, como Adam Smith, ou filósofos, como Hegel, por exemplo, discorreram a respeito da economia partindo da propriedade privada, mas não explicaram de que modo ou como se deu o surgimento da propriedade, apresentando-a como algo inato e/ou ontológico da realidade social. Assim, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

propriedade é apresentada por meio de leis gerais e abstratas que lhes dão elementos para compreender as demais determinações decorrentes da propriedade privada como algo acidental ou externo ao movimento da própria realidade. O que infere à propriedade privada um caráter ideológico de inexorabilidade. Para Marx, apenas o trabalho é ontológico, é inerente ao homem social.

Não obstante a isso, infere que por meio dos estudos da economia nacional em articulação com uma análise da realidade concreta, é possível identificar que o homem, isto é, o operário

torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma mercadoria, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (Marx, 1844, p. 95).

Portanto, por meio do trabalho o operário além de criar mercadorias torna a ele mesmo uma mercadoria, já que vende sua força de trabalho, e, ainda, torna-se mais pobre quanto mais produz uma vez que o crescimento da produção é inversamente proporcional à valorização de si como mercadoria. Quanto mais se valoriza a mercadoria, menos se valoriza o operário. Destacaríamos ainda, desta passagem, que seria possível identificar uma aproximação com a discussão sobre o fetiche da mercadoria, já que aponta uma valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens.

Retomando nossa análise, partindo desta constatação que o homem ao se tornar operário se torna também mercadoria, Marx desenvolve o conceito da categoria alienação indicando a primeira alienação com a qual o homem na sociedade burguesa se defronta: **a alienação em relação ao produto** que ele mesmo produziu.

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica como desrealização do operário, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação [Entfremdung], como desapossamento [Enttäusserung] (idem, ibidem).

Se apenas o trabalho é ontológico do ser social (do homem social), quando este trabalho se objetiva por meio da produção de um objeto/coisa que não pertence ao operário, bem como não lhe pertence os meios para a produção deste objeto, o produto do seu trabalho é estranho ao seu produtor. Assim, ao se objetivar num produto que não lhe pertence, o operário perde a si mesmo, perde a sua vida, pois, “o que o produto do seu trabalho é, ele não é” (Idem, p. 96).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A segunda alienação se daria no próprio interior da atividade produtiva, pois para que o operário se aliene do produto do seu trabalho há de haver, ao mesmo tempo, **a alienação no próprio ato da produção**, no ato do trabalho que lhe é exterior.

O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se desapossa, é um trabalho de autosacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o operário aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio mas a um outro (Marx, 1844, p. 98).

O trabalho apresenta-se para o operário como um imperativo para satisfação de suas necessidades, que lhe são exteriores e cada vez mais distantes, uma vez que se torna mais pobre quanto mais produz. Portanto, o trabalho não é uma atividade voluntária, mas uma atividade forçada que lhe causa sofrimento e o afastamento das outras esferas humanas da vida. Em decorrência deste afastamento da sua humanidade, o homem trabalha apenas para manutenção de sua existência física, assemelhando-se a um animal que se ocupa apenas de suas funções animais, como comer, beber e procriar.

A terceira possibilidade de alienação do homem, segundo Marx, se daria em **relação ao seu gênero humano**. Esta seria uma consequência processual das duas primeiras.

O trabalho, a *atividade vital*, a própria *vida produtiva* aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade de manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida genérica. É a vida que gera vida. No modo de atividade vital que reside todo o caráter de uma *specie*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como *meio de vida* (Marx, 1844, p. 100).

O homem é um ser genérico, um ser universal e livre, que vive da Natureza por meio de seus produtos. Ele se relaciona com a Natureza como um meio de vida imediato, como o alimento, e como objeto e/ou instrumento para sua atividade vital. E por tornar a atividade vital o objeto do seu querer e de sua consciência é que o homem se torna um ser genérico, um ser livre, e se diferencia da sua atividade e também se diferencia do animal, que se confunde com ela mesma. Assim, enquanto um ser genérico o homem se objetiva no produto do seu trabalho, que é livre, por meio de uma autoatividade.

Quando o homem tem sua atividade vital modificada apenas num meio de sua sobrevivência lhe é arrancada a vida genérica. O trabalho alienado, aquele em que não pertence ao operário nem o produto nem seu próprio trabalho, a atividade produtiva, faz da vida genérica do homem apenas um meio de existência. Nesse movimento o homem se **aliena também da Natureza** (ao dela diferenciar-se) e de si mesmo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim,

uma consequência imediata de que o homem está alienado do produto do seu trabalho, da sua atividade vital, do seu ser genérico, é a **alienação do homem do homem**. Quando o homem se enfrenta a si próprio, enfrenta-o o outro homem. O que vale da relação do homem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo próprio, vale para a relação do homem com o outro homem, tal como para o trabalho e o objeto de trabalho do outro homem (Marx, 1944, p. 102).

Deste modo, quando o homem está alienado do seu ser genérico ele se aliena do outro homem bem como se aliena de sua essência humana. A relação entre os homens se dará na mesma medida em que o homem se relaciona como um operário: estranho ao produto do seu trabalho e estranho ao seu próprio trabalho.

Mas, se o produto do trabalho e o próprio trabalho não lhe pertence, a quem pertence então?

Se o produto do trabalho não pertence ao operário, é um poder estranho perante ele, então isso só é possível porque ele pertence a um *outro homem que não o operário*. Se a sua atividade é para ele um tormento, então deve ser *fruição* para um outro e alegria de viver de um outro. Não a Natureza, não os deuses, só o próprio homem pode ser este poder estranho sobre o homem (idem, p. 103).

E é neste sentido que em Marx há a superação da categoria alienação conforme foi proposta por Hegel (que se dá na alienação do espírito) e por Feuerbach (que se dá apenas no plano ideológico da religião), uma vez que a alienação se dá no mundo real prático, do homem pelo homem. Assim, o produto e o trabalho pertencem a um estranho. E na relação do operário com o trabalho alienado, desapossado, é que gera a relação do operário com este estranho que seria o senhor de trabalho, o capitalista. E o produto desta relação seria a propriedade privada. O salário, por sua vez, seria uma consequência do trabalho alienado, pois se constitui no produto do próprio trabalho.

À idealização jurídico-política, Marx contrapôs a história da propriedade privada, mostrando que a propriedade não é um direito eterno da pessoa e não existiu desde sempre. Ao contrário, a forma privada da propriedade desenvolveu-se a partir de uma época precisa da história europeia, entre os séculos XV e XVII, estimulada por uma distribuição dos meios de produção que os concentrava em poucas mãos (Grespan, 2021, p.21).

Diante disso, Marx conclui que para a superação da alienação, superação do trabalho desapossado, há que se superar a propriedade privada. A emancipação dos operários torna-se necessidade para a construção de uma nova forma de sociabilidade, uma vez que apenas oferecer melhores salários, como apontou Proudhon sobre a “igualdade dos salários”, conforme Marx (1844, p. 105), não munirá os operários de atividade vital, de sua humanidade genérica.

Pois, as determinações quanto ao estranhamento em relação ao produto, ao trabalho, ao gênero, à natureza e de si mesmo permaneceriam.

Não há, portanto, uma proposta ou possibilidade de mudança que se dê por intermédio do Estado, pelo campo jurídico. Uma mudança material na vida concreta dos operários se dá no campo prático, na realidade material.

A partir do entendimento que a propriedade privada é resultado do movimento da realidade, da sua relação com o trabalho alienado, portanto, há que se intuir que de fato a propriedade privada não é ontológica, mas a expressão material do trabalho desapossado. Assim, a propriedade privada é fruto do desapossamento do operário, de sua alienação. E, neste sentido, considerando que o modo de produção capitalista tem na sua estrutura a propriedade privada dos meios de produção, a alienação do homem (do produto do seu trabalho, do seu próprio trabalho, da natureza, do gênero humano, e, de si mesmo) é intrínseca a este modelo de produção.

Se esta é a conclusão à qual chegamos por meio do caminho percorrido até aqui, nos indagamos: como seria possível objetivar uma práxis ética no bojo de uma sociedade que tem a exploração do trabalho e a propriedade privada como determinações de sua estruturação enquanto tal? Como o homem poderá se apresentar enquanto um ser social, um ser genérico, se nesta sociedade o trabalho é alienado?

Quando resta ao homem como única alternativa de sobrevivência no modo de produção capitalista a venda de sua força de trabalho, compreendemos que sua liberdade se encontra comprometida em sua objetivação. Retomando uma citação de Marx (1844), para uma melhor apresentação deste pensamento, dizemos que “o trabalho alienado inverte esta relação no sentido de que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (p. 100). Neste sentido, as condições de vida do homem na sociedade capitalista, como um operário e/ou trabalhador, o afastam da possibilidade de constituir em um ser social na sua universalidade, por conseguinte, as possibilidades de objetivar uma práxis ética tornam-se limitadas.

Na busca da garantia de sua própria sobrevivência, a possibilidade de o homem refletir sobre suas alternativas e os valores a serem objetivados, de discernir e estar consciente das responsabilidades de suas escolhas é atravessada pelas demandas imediatas do cotidiano. Neste



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto, o homem é levado a apenas repetir ou reproduzir valores que lhe foram introjetados de forma acrítica. Sobre o cotidiano e sua relação com a alienação, Barroco (2010, p. 72), aponta que

em função da repetição acrítica dos valores, de sua assimilação dos preconceitos e dos modos de comportamento, de seu pensamento repetitivo ultrageneralizador, a vida cotidiana se presta à alienação. A alienação moral também se expressa através do moralismo, modo de ser movido por preconceitos. Devido ao seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização, o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre o pensamento e a ação.

O trabalho no contexto da sociedade capitalista, portanto, desumaniza, faz do homem um ser individualista que tem como objetivo central a satisfação de sua necessidade imediata de sobrevivência. A exploração da força de trabalho cotidiana limita o homem de perceber-se enquanto um ser universal, social, livre e consciente de si mesmo. E, ao fim e ao cabo, a alienação do homem é necessária para manutenção deste sistema visto que, conforme apontamos acima, a propriedade privada é expressão material do trabalho desapossado. Portanto, as mesmas relações que proporcionaram ao homem o desenvolvimento do ser social, proporcionaram, também, a sua própria negação.

3. Considerações Finais

O conceito de trabalho livre que leva o homem ao seu reconhecimento de si e do seu gênero humano é aquele em que se produz mesmo não havendo a necessidade imediata, em que a sua atividade lhe pertence, bem como o produto desta atividade. Contudo, nas atuais configurações do trabalho, o/a trabalhador/a se apresenta como mercadoria e busca vender sua força de trabalho com a finalidade de perceber seu salário e, por meio dele, alcançar condições de sobrevivência. A exploração do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção são as condições sob as quais o capitalismo se sustenta e impede que a classe trabalhadora, na sua esmagadora maioria, disponha dos mínimos necessários para viver. Assim, o trabalho na sociedade capitalista perde o seu caráter de constituição do ser humano enquanto um ser social, e, em alguma medida, o leva ao estágio anterior ao salto ontológico, visto que a atividade do trabalho retomou a sua finalidade de sobrevivência.

As possibilidades de o homem desenvolver as habilidades construídas por meio do salto ontológico, como a liberdade, a sociabilidade, a consciência e a universalidade, no capitalismo, são, portanto, pontuais e serão alcançadas em alguns momentos pelo homem ao realizar alguma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atividade, que não o trabalho alienado, que lhe aproxime de sua genericidade. Alguma atividade em que ele esteja implicado na sua totalidade para a sua realização, o que proporcionaria a suspensão do cotidiano, segundo Lukács, em sua obra História e Consciência de Classe, em que aponta o poder transformador destas suspensões momentâneas. Debate para o qual ainda se demanda aproximação e aprofundamento, mas, assim como as ideias aqui apontadas, foram provocadas em sala de aula. Não obstante a isso, compreendemos que os momentos de suspensão do cotidiano podem se dar em atividades que vão desde a apreciação de uma obra de arte, filme ou a leitura de um livro, como no desenvolvimento de uma discussão filosófica, ética ou na práxis política.

Ademais, tendo em vista que a concepção de ética e os valores são construções sócio-históricas, a objetivação de uma práxis ética nesta sociabilidade está, eventualmente, articulada com a conjuntura intrínseca ao capital e demanda de todos/as nós que estejamos atentos/as ao que podemos reproduzir em decorrência de nossa inserção neste modelo de produção cujas determinações assolam as condições de sobrevivência. O cotidiano se constitui, assim, na dimensão privilegiada de reprodução de valores individualistas e, portanto, moralizadores. Há que se desenvolver, portanto, possibilidades de suspensão do cotidiano e neste mesmo caminho a superação do capital com a construção de uma nova forma de sociabilidade.

Bibliografia

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética: fundamentos sócio-históricos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRESPLAN, Jorge. Marx: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, p. 91-121. NETTO, José Paulo (org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. 2023. O capital: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

NETTO, José Paulo (Org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.